

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Contatos e Solidariedades: negros e payaya no sertão de Jacobina, BA

Raphael Rodrigues Vieira Filho*

Resumo:

Utilizando como fontes principais os documentos sobre os payaya e as poucas informações sobre Jacobina, Bahia, nos séculos XVII e XVIII, principalmente, as publicadas nos Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, Anais da Biblioteca Nacional, Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e o conjunto de CDs do Projeto Resgate referente à Bahia, pretendo discorrer sobre os primeiros contatos entre os grupos nativos da região, e os grupos imigrados de africanos e seus descendentes. Os documentos possibilitam alguns flashes sobre como foram as primeiras investidas dos colonizadores no sertão. Esses lampejos iluminam pistas de como foi o relacionamento entre os vários grupos populacionais neste primeiro momento de ocupação européia, mostrando os embates e desnublado a lógica dos: dominar o território e implantar uma sociedade européia nos novos territórios ocupados.

Palavras-chave: Jacobina, Bahia – grupos indígenas – populações negras

Abstract:

By using as main sources the documents about the payaya and the few pieces of information about Jacobina, Bahia, in the 17th and 18th centuries, mostly, the ones published in the APEBA Annals, Biblioteca Nacional (National Library) Annals, Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (Historic Documents of National Library) and the group of CD's of Projeto Resgate (Rescue Project) concerning to Bahia, I aim to talk about the first contacts between the native groups of the region and the African groups that immigrated and their descendants. The documents enable some flashes on how the first approaches of the colonizers in the territory were. These flashes enlighten clues about how the relationship between the several populational groups at the first times of exploration of the region were, showing the shocks and clearing up the colonizers' logic and their aspirations: dominating the territory and settling an European society in the newly occupied territories.

Keywords: *Jacobina region, Bahia, Brazil – Brazilian aboriginal groups – Black populations*

Com os primeiros sinais de crise no rico comércio português com as Índias foi preciso intensificar as atenções para as possessões do Novo Mundo. Nos objetivos da viagem de Martim Afonso de Souza de 1530, enviado por Dom João III (1521-1557), constava a procura de bens preciosos para integrar o vasto leque de produtos comercializados pelos

*Professor Adjunto do Departamento de Educação Campus I – Salvador da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Doutor em História Pontifício Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

portugueses e se não fossem capazes de substituir os oriundos do Oriente, pelo menos ajudassem na balança comercial.

Com a vinda de Tomé de Souza iniciou-se a exploração efetiva do território, por parte dos colonizadores europeus, mas somente na administração do segundo governador geral Duarte da Costa, iniciada em 1553, a exploração do sertão foi intensificada. Neste movimento vários exploradores europeus estiveram na região de Jacobina.

Contatos promovidos pelas explorações do sertão

Em busca de riquezas minerais e de indígenas para as lavouras do litoral, muitas expedições foram organizadas, adentrando para o sertão. Algumas delas deixaram seus roteiros como a de Gabriel Soares de Souza, atravessando o sertão baiano na década de 1590 com uma bandeira composta de 360 homens, “partio de Jaguaripe... entrou pelo Paraguassú, atravessou as mattas do Orobó, o Jacuíbe, o Itapicurú, alcançou Jacobina, onde encontrou ouro, dirigio-se ao valle do rio Salitre e dahi procurou as nascentes do Rio S. Francisco.”(**Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia**¹, 1919:32)

A excursão mais famosa e mais difundida, passando por Jacobina, foi sem dúvida a de Belchior Dias Moreya, confundido com seu filho Robério Dias.

Segundo relatório de Pedro Leolino Mariz, de dezembro 1752, enviado pelo Conde de Athougua dando conta ao Rei das descobertas das minas de prata de Arassuahy, Robério Moribeca assim se expressa em seu requerimento ao Rei Felipe IV, “prometteo dar tanta prata como ferro podia dar Biscaya” (**Annaes da Bibliotheca Nacional**², Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 31, 1909. Pp. 48.)

Após suas descobertas, Robério Moribeca volta primeiro a Salvador, não revelando a localização das minas e vai à Corte portuguesa noticiar suas descobertas. É recebido em audiência em Portugal onde peticiona a permissão para explorar suas descobertas e o título de Vice-Rei das Minas diretamente ao Rei. Seu pedido é negado e ele ainda é preso na corte por não revelar a localização das minas. Após muitos anos de prisão na Corte é transferido para Bahia, onde morre sem indicar a ninguém a localização de suas descobertas. (**ABN**, 1909: Pp. 48-50)

O relato acima desnuda o imaginário presente nos mais íntimos desejos de portugueses e demais europeus desembarcados no novo continente: encontrar o Eldorado, voltar vitorioso, rico e triunfante dos confins da nova terra, deixar de ser um simples

¹ Será utilizado de agora em diante a sigla AAPEBA para designar este periódico.

² Será utilizado de agora em diante a sigla ABN para designar este periódico.

aventureiro para ser uma pessoa reconhecida e respeitada por todos, quem sabe tornar-se um nobre ou fidalgo e finalmente inscrever seu nome na história.

Segundo Capistrano de Abreu essas primeiras expedições avançavam usavam os rios como indicadores de caminhos e chegando a um determinado ponto voltavam pelo sertão em linhas mais ou menos retas, como hipotenusas de triângulos, até alcançar novamente o litoral, estabelecendo as primeiras rotas pelo sertão (ABREU, 1960:94).

Os contatos entre os indígenas da região e negros parecem ter ocorrido desde as primeiras entradas. Algumas das expedições religiosas exploradoras do sertão baiano e que passaram por Jacobina traziam em sua composição, além de europeus e índios mansos, os negros. Segundo Serafim Leite a expedição do frei Rafael Cardoso tinha como um dos participantes um negro, muito entendido do sertão.

Dirigiam-se aos montes das <<Jacuabinas>>, que se estendem ao norte por 40 léguas, notáveis pelo número dos seus Tapuias em número de 80 Aldeias. Ao chegar às Jacobinas, vieram muitos Índios ao seu encontro para os saúdar sem darem mostras de receio, antes com satisfação. Falavam língua diversa, que sabia um negro que os Padres levavam consigo. (LEITE, 1945:271)

Ao que parece, essas missões religiosas itinerantes, seguiam o rastro das “entradas de preamento”³ em busca de mão-de-obra para os engenhos. A utilização de negros servindo de “língua”⁴ parece freqüente nesses primeiros tempos de colonização.

Um indício de contato anterior, entre negros e grupos autóctones sertanejos, é uma carta do Conde de Atouguia, governador geral no ano de 1654, para o Sargento Pedro Gomes a respeito de: “[...] dous negros que fugiram do gentio para nós, um que há muitos annos estava mettido com elles, e outro que agora levou nesta ultima occasião” (**Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional**⁵, 1927:224).

O conde ainda recomenda que o sargento “[...] faça logo toda a diligencia por estes negros, e os remetta a esta praça com summa brevidade, porque serão mui importantes para as noticias e disposições da jornada que se intenta” (**DHBN**, 1927:224).

Eles tornavam-se fundamentais porque poderiam prestar informações a respeito da região e da localização dos grupos indígenas, pois a “jornada intentada” eram as várias campanhas de Guerras Justas organizadas contra os nativos do sertão. Porém o mais importante foi a presença de negros aceitos e respeitados pelos grupos indígenas nesse

³ Incursões ao sertão em busca de grupos indígenas para escravização.

⁴ Eram assim chamadas as pessoas que serviam de interprete entre os grupos autóctones e os europeus.

⁵ Será utilizado de agora em diante a sigla DHBN para designar este periódico.

momento da colonização. Além dessas expedições dirigidas por religiosos outras esquadrinharam a região em foco procurando por grupos indígenas revoltosos.

No regimento do Ajudante Luiz Álvares de 21 de dezembro de 1657, para a transferência e instalação dos Payaya para as Serras do Orobó, assim aparece a convocação do crioulo Antonio: “[...] marche logo com os vinte e cinco Soldados que se lhe tem nomeado, e levando em sua companhia os Principaes dos Payayases, e o crioulo Antonio Pereira escravo do Padre Antonio Pereira como lingua, e pratico [...]” (**DHBN**, v. 4, 1928:57)

O crioulo Antonio apareceu em outros vestígios, ele pode ser inclusive um dos dois negros citados pelo Conde de Atouguia. Mas sua principal atuação documentada foi como guia da fracassada expedição de Domingos Barbosa Calheiros em 1657, que terminou tragicamente com os Payaya abandonando essa entrada após terem atacado os guardas do acampamento (SILVA, 1925:30)

No assento de Alexandre de Souza Freire, de 1669, transcrito por Accioli Silva (1925), além de relatar os “terríveis estragos” feitos pelos indígenas desde o começo do século, o então Governador Geral do Brasil, com base nos relatos da excursão, acusa o crioulo Antonio de não indicar o caminho certo para os soldados chegarem até os grupos indígenas contra os quais deveria se aplicar Guerra Justa e posterior escravização. Acusa-o também de tomar excessivos cuidados para não despertar a atenção dos guerreiros inimigos recomendando não atirar com armas de fogo e não deixando os soldados tirarem mel para se alimentar.

As autoridades administrativas utilizavam, portanto, negros para repressão de grupos indígenas e grupos indígenas contra quilombos e mobambos, porém isso não diminuía a solidariedade e amizade construídas com o tempo de convívio.

O religioso do carmo Frei Angelo de Santo Alberto, revela um desses casos de solidariedade em carta enviada à seus superiores. Falando da fuga de cinco casais de sua missão de São Gonçalo do Salitre para a fazenda Sargendo de propriedade da Casa da Torre, ele conseguiu apreender um dos fugitivos, porém “João das Brotas e mais três negros[...] levarão o Índio e me ultrajarão de palavras” (**AAPEBA**, 1919:98-99).

João das Brotas e seus companheiros estavam cumprindo ordens de seu superior João de Araujo Costa, o procurador da Casa da Torre da região, porém eles devem ter cumprido as ordens com mais afínco pela proximidade construída ao longo do convívio com o índio resgatado.

Os casais, provavelmente, fugiram da Missão por não concordar com os trabalhos exigidos deles na qualidade de aldeados e foram procurar melhores condições de vida em

outras paragens na companhia de pessoas de confiança e amigos com quem podiam contar, como na oportunidade do resgate, mas o religioso não concordava em ver seu rebanho minguar, por isso as reclamações.

Solidariedades Guerreiras

Borges de Barros ilumina uma outra forma de aproximação, amizade e solidariedade entre os grupos nativos e grupos negros no sertão baiano. Em um texto falando das rebeliões indígenas nos dois primeiros séculos de penetração do sertão, ele assegura que: “Ao elemento indígena alliava-se um outro de não menos importancia: os negros fugidos ao cativeiro, os quaes se aquilambavam nos recessos das mattas.” (BARROS, 1919:174)

A mesma repressão aplicada contra os nativos era empregada aos negros fugidos. Algumas das expedições de entradas para o sertão eram organizadas para combater os nativos e também os mucambos, como a de 1619, chefiada por Antonio de Araújo e João de Mendonça: “A entrada era não apenas aos Índios, mas também a <<desfazer um *couto* ou *mocambo* (como lhe na terra chamam) que os escravos fugitivos tinham feito naquele sítio>>. Baixaram 200 pessoas que se colocaram na Aldeia do Espírito Santo.” (LEITE, 1945:270)

Os negros encontrados nos quilombos eram presos e separados de suas famílias, assim como os indígenas sobre os quais se aplicavam a Guerra Justa. A repartição do botim autorizada pelo Governador Diogo Luiz de Oliveira da entrada realizada na década de 1620, chefiada por Affonso Rodrigues Adorno, enumera várias pessoas que:

se forão entregando aos soldados que forão na dita jornada as pessoas que cada hum delles coube, [...]na forma seguinte: a saber[...] Antonio Saraiva, morador no dito Peroassú, recebeo huma India por nome Paula, e hua rapariga por nome Genebra; [...] Domingos Gonçalve, morador no Acupe, recebeo hua negra por nome Violante; Antonio Pavão, recebeo hum negro por nome Diogo, morador no Peroassú[...](SILVA, 1925:74)

Eles estiveram juntos nas adversidades do cativeiro imposto nas entradas de preamento e nas guerras, assim como nas revoltas e ataques: “Os da Serra de Tiúba uniram-se aos negros e assaltaram o Rio S. Francisco, encontrando resistencia em Felizardo Ribeira Lisboa.”(BARROS, 1919:175)

As serras sempre foram ótimos lugares para esconderijos de escravizados procurando a almejada liberdade, seja pela dificuldade de acesso para os inexperientes dos caminhos locais, seja pela melhor equalização de defesas contra agressores, além disso, as

serras de Jacobina ainda somavam, a favor dos negros, os grupos indígenas revoltosos, no período, aliados estratégicos contra os conquistadores brancos.⁶

Outros documentos falam de grupos negros ocupando o sertão baiano com mais precisão e sem deixar dúvidas, são as cartas patentes de Capitães Mores do Sertão. Os Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia transcreve várias dessas cartas de patentes, entre elas as de: “MANOEL BOTELHO DE OLIVEIRA venceu os mocambos de Papagayo, Rio do Peixe e Gamelleira em Jacobina. Obteve o cargo de Capm-mór desses districtos por ter emprestado 22.000 cruzados de sua fazenda para a criação da Casa da Moeda.”(AAPEBA, 1920:203)

O fato de grupos de escravizados, procurando uma vida autônoma em relação aos colonizadores europeus e ocuparem territórios no sertão com aquiescência dos grupos indígenas foi bastante documentado. A melhor explicação para isso parece ser a de Gilberto Freire quando fala das diferentes formas de ocupação das terras brasileiras e exploração da floresta tropical:

A floresta tropical, devastada pelo colonizador português no interesse quase exclusivo da monocultura da cana ou da Metrópole faustosa, era um obstáculo enorme a ser vencido pela colonização agrária do Nordeste. O colonizador português venceu tão poderoso inimigo, destruindo-o. O colonizador negro, não: venceu-o, em parte, adaptando-se à floresta, em parte adaptando a floresta às suas necessidades de evadido da monocultura escravocrata e latifundiária. (FREYRE, 1937)

Fica evidente na documentação, além da política de estado de desestabilizar e desorganizar os modos de vida dos grupos autóctones, já citada anteriormente, essas ações para não permitir a instalação de grupos quilombolas na região. Mais uma vez os negros e indígenas juntos, impedindo o avanço dos colonizadores europeus nos sertões.

As terras, tiradas dos autóctones, deveriam ser destinadas prioritariamente aos colonos portugueses, portanto não poderiam ser locais de refúgios dos grupos indígenas aguerridos ou das populações negras dos quilombos. O sertão deveria ser uma extensão do modo de vida branco europeu já instalado no litoral.

Contatos promovidos pela implantação do gado

As terras, desabitadas ou não deveriam cumprir seu ideal: Servir bem à sua majestade real e seus súditos escolhidos. Portanto, nem bem a região foi percorrida pelos

⁶Só para lembrar, na Serra da Barriga foi erguido o mais temido e famoso quilombo do período Colonial o de Palmares.

primeiros exploradores do sertão, dando notícias de suas riquezas naturais, alguns até omitindo informações das tribos nativas ali instaladas, a administração real em Salvador, passou a preocupar-se com a organização de doação dessas terras, adotando o sistema de concessão de sesmarias. E a maneira mais fácil era ocupar com o gado.

Já em 1609 foi feita uma concessão na região de Jacobina a Antonio Guedes: “nas cabeceiras das suas terras toda a m^s. houver entre os R^{os}. Inhambupe e Itapicurú, e para o Sertão 10 leg^s. med^{as}. Rumo dir^{to}. Com todas as pontas, enseadas, matos, agoas e m^s. pertenças” (**Arquivo Nacional**, código 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia, Pp. 68)

O padre Antonio Pereira recebeu uma concessão de terras na região de Jacobina por carta do dia 02/01/1659 (**Arquivo Nacional**, código 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia, Pp. 27).

As sesmarias privilegiavam os mais abastados e as pessoas com boas relações com os administradores, porém esse documento não garantia que as terras estivessem desocupadas de indígenas e grupos aquilombados, tampouco os donatários asseguravam uma efetiva ocupação realizada por eles próprios. A maior parte das vezes, esta ocupação era realizada por pessoas de total confiança, deixando os encargos e perigos de sobreviver nas terras inóspitas e negociar com os grupos autóctones a cargo desses prepostos.

O cérebro da Casa da Torre, como o apelidou Pedro Calmon, provavelmente utilizava os mesmos métodos adotados pelo cabeça da casa que: "com suas boiadas escolhia caminhos apropriados para constituir toscos currais, onde deixava, em cada um deles, um casal de escravos encarregados de zelar por dez novilhas, um touro e um casal de equinos" (CALMON, 1939:38).

Os donatários não enfrentavam, eles mesmos, o calor e a seca da caatinga, muito menos as dificuldades da agricultura e pecuária ou os diversos contatos, às vezes não amistosos, com os índios. Esse trabalho foi feito pelos negros escravizados deixados pelos grandes donatários para cuidar dos currais e demais interesses dos senhores. No caso do crioulo Antonio citado acima, ele ainda aprendeu a língua dos nativos e exercia uma grande influência sobre os grupos autóctones. (**DHBN**, v.7, 1928?:380)

Contatos promovidos pelas primeiras experiências de mineração

Segundo uma carta do Coronel Pedro Barbosa Leal, escrita em 1725 para o Governador Visconde de Sabugosa, as primeiras minas de salitre foram encontradas por Belchior Dias Moreya, em uma expedição realizada no último quartel do século XVI, aquele

mesmo personagem da história contada acima descobridor das Minas de Prata. Porém a exploração do salitre só começou quase um século depois. (AAPEBA, 1920:358)

Acompanhados de polvoristas e missionários, grupos indígenas são convocados a participar das primeiras excursões para as Minas de Salitre e “...em sua averiguação hão de trabalhar...”, em 1678 (DHBN, v. 32, 1936:93). Mas é somente em 1691 que o governador Antonio Luiz da Câmara Coutinho, em carta a sua majestade noticia a descoberta e início da exploração (DHBN, v. 33, 1936:440).

Juntamente com os nativos outros grupos também trabalhavam compulsoriamente nas minas de salitre da região de Jacobina: os negros. Segundo a documentação os abusos eram maiores sobre esse grupo de transplantados gerando até ordens para apuração de castigos em excesso:

Sobre o negro de Sua Magestade, que Deus guarde, que morreu, examinará Vossa Mercê com toda a particularidade, se a causa da sua morte, foi o castigo que lhe deu o fabricante, e achando ser assim, porá Vossa Mercê em arrecadação o seu valor, por não ser justo, que a Fazenda Real o perca. (DHBN: v.40, 1938:150)

Os indígenas das missões também tinham outras ocupações além do trabalho direto nas minas do salitre, como por exemplo: o transporte de boiadas do sertão para o litoral, ou ainda, alugarem-se para atividades nas lavouras sertanejas. Além disso, os indígenas aldeados deveriam ajudar nas construções de igrejas da região.(DHBN, v. 40, 1938: 160-166)

Os contatos entre afro-brasileiros e indígenas vão tornar-se mais amistosos e diretos com o passar do tempo, pois em uma devassa ocorrida no começo do século XIX na Missão do Bom Jesus da Glória, em Jacobina, alguns dos aldeados, ou seus companheiros e companheiras, foram qualificados como “cabra, mamaluco, preto crioulo, pardo e pardo preto”(Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juízes, Maço: 2430).

Essa foi mais uma estratégia de sobrevivência dos grupos negros sertanejos, ocupando terras das aldeias e garantindo terrenos para o plantio de suas próprias roças no terreno destinado somente aos indígenas. Esta escolha também possibilitava uniões e casamentos, além da garantia de uma prole livre e protegida pelo estatuto das Missões. Ainda hoje é comum a estratégia de utilizar descendentes indígenas para justificar a tez escura e tentar escapar do preconceito e da discriminação.

Bibliografia:

Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia, Salvador: Imprensa Official do Estado da Bahia, ano 3, v. 4 e 5, 1919.

Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia, Salvador: Imprensa Official do Estado da Bahia, ano 4, v. 6 e 7, 1920.

Annaes da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, vol. 31, 1909.

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Liv. Briguiet, 1960.

BARROS, F. Borges de. *Rebellião dos Barbaros da Região Central da Bahia*. In: **Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia**, Salvador: Imprensa Official do Estado da Bahia, ano 3, v. 4 e 5, 1919. Pp. 174-180.

CALMON, Pedro. **Historia da Casa da Torre – Uma dinastia de pioneiros**, Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1939,

Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, vol. 3, 1927.

Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, vol. 4, 1928.

Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, vol. 7, 1928?

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 32, 1936.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 33, 1936.

FRANCO, Tasso. **Serrinha: A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia**. Salvador: EGBA/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1996.

FREYRE, Gilberto. A Cana e a Mata. In: _____. **Nordeste: aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. Disponível em: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/nordeste /3cap_cana_e_mata.htm>. Acesso em: 15 mar. 2000.

GOMES, Josildete. *Povoamento da Chapada Diamantina*. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador: IGHB, n. 77, 1952. Pp. 221-238.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Lisboa: Liv. Portugalia, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. t. 5.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia**, vol. II, Salvador: Imp. Official do Estado, 1925.